SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ix

PREFÁCIO xi

CAPÍTULO I

1. Considerações iniciais 1
2. O ativismo judicial e as políticas públicas 8
3. O juiz e a efetividade do processo 13
4. O juiz e o contraditório 27
5. O juiz e a nova fase utilitarista ou da utilidade do processo 30

CAPÍTULO II

1. Teoria geral da prova 33
    1.1 Generalidades 33
    1.2 O problema da verdade na prova. Verossimilhança 34
    1.3 Terminologia e conceito de prova 37
    1.4 Direito à prova 39
    1.5 Sistemas probatórios 43

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.5.1 Breve relato histórico 43
1.5.2 Sistema de *civil law* 45
1.5.3 Sistema de *common law* 46
1.5.4 Sistema socialista 47
1.6 Objeto da prova 47
1.6.1 Fatos que devem ser provados 50
1.6.2 Fatos que não carecem de prova 51
1.6.3 Prova do direito 57
1.7 Finalidade da prova 59
1.8 Destinatário da prova 60
1.9 Ônus da prova 61
1.9.1 Ônus da prova subjetivo e objetivo 63
1.9.2 A quem incumbe o ônus da prova 63
1.9.3 Convenção sobre ônus da prova 65
1.10 Teoria do ônus dinâmico da prova 66
1.10.1 Introdução 66
1.10.2 Fundamento legal do "ônus dinâmico da prova" 68
1.11 Momentos da prova 71
1.12 Hierarquia da prova 72
1.13 Princípios relativos à prova 73
1.13.1 Princípio do livre convencimento motivado do juiz 73
1.13.2 Princípio da oralidade 73
1.13.3 Princípio da imediação 74
1.13.4 Princípio da identidade física do juiz 74
1.13.5 Princípio da aquisição processual ou da comunhão da prova 74
1.13.6 Princípio da bilateralidade da audiência 75
1.13.7 Princípio da atipicidade da prova 75

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.14 Sistema de apreciação ou valoração da prova.....76
1.14.1 Sistema da prova legal.....77
1.14.2 Sistema do livre convencimento 77
1.14.3 Sistema da persuasão racional 78

CAPÍTULO III

1. O ativismo judicial e a produção da prova..... 81
1.1 O juiz e a sociedade atual 81
1.2 O princípio da imparcialidade..... 101
1.2.1 Generalidades e conceito 101
1.2.2 Previsão legal..... 102
1.2.3 Impedimento e suspeição: controle da imparcialidade do juiz no ordenamento jurídico 104
1.2.4 A imparcialidade e a natureza humana..... 108
1.2.5 A imparcialidade e a relação jurídico-processual..... 111
1.2.6 O ativismo judicial e a imparcialidade..... 116
1.3 Princípio dispositivo e o ativismo judicial..... 120
1.3.1 Generalidades..... 120
1.3.2 Princípio dispositivo e a natureza do direito material discutido..... 122
1.3.3 O princípio dispositivo no sistema jurídico brasileiro..... 127
1.3.4 O princípio dispositivo e o ativismo judicial 131
1.4 O ativismo judicial na produção da prova 132
1.4.1 Generalidades..... 132
1.4.2 Evolução do ativismo judicial – breves comentários..... 134
1.4.3 O ativismo judicial e as eventuais limitações 136
1.4.3 O ativismo judicial na produção da prova e a legislação..... 151
1.5 O ativismo judicial e o sistema do Código de Defesa do Consumidor 159

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.6 Determinação e produção de prova em segundo grau de jurisdição 167

1.7 Prova ilícita 173

1.7.1 O direito à prova no estado democrático de direito 173

1.7.2 Limites ao direito à prova 177

1.7.3 A prova ilícita no sistema brasileiro. 179

1.7.4 A prova ilícita no Código de Processo Penal 186

1.8 Ativismo judicial e a produção da prova no Processo Penal 187

1.8.1 Noções preliminares 187

1.8.2 Ônus da prova 187

1.8.3 O ativismo judicial e a prova no Código de Processo Penal 188

1.9 Ativismo judicial e a produção da prova no Processo do Trabalho 190

CONCLUSÃO 193

BIBLIOGRAFIA 203

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br